

ELEIÇÕES 2014

CANDIDATOS AO
GOVERNO DO CEARÁ

ENTREVISTA

CAMILO SANTANA

Perfil

Camilo Sobreira de Santana nasceu no Crato (CE). É engenheiro agrônomo formado pela Universidade Federal do Ceará (UFC), com mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente, também pela UFC. Até setembro de 2013, foi secretário das Cidades. Anteriormente, havia ocupado o cargo de secretário do Desenvolvimento Agrário, participando, assim, dos dois mandatos do Governador Cid Gomes. Foi eleito em 2010 o deputado estadual mais votado do Ceará. É candidato ao Governo do Estado pelo Partido dos Trabalhadores (PT). No período em que esteve como Secretário, Camilo realizou uma gestão compartilhada com os movimentos sociais e sindicais. Colaborou com o Governador Cid na implantação e fortalecimento de importantes programas e projetos que estão transformando a vida de milhares de agricultores e agricultoras familiares.

1) Segundo dados colhidos no "Mapa da Violência" e "Secretaria de Segurança Pública do Ceará", de janeiro de 2007 a março de 2014, foram registrados 20.740 homicídios no Estado, em uma média de 2.860 assassinatos por ano, igualando-se ou mesmo superando a proporção de países em conflito bélico. O que o governo de Vossa Excelência tenciona fazer para mudar esse quadro?

CS: A questão da segurança pública passa por uma visão sistêmica, onde estão asso-

ciadas ações de combate e contenção da violência urbana e integração de políticas públicas para garantir qualidade de vida aos cearenses, ao tempo em que faz a prevenção social de um quadro de insegurança. Este problema está muito relacionado, sobretudo, com as drogas. Portanto, temos que fortalecer a integração das polícias, como aconteceu na Copa e deu certo. Vou também criar mais delegacias 24 horas tanto no interior quanto na Capital. A gente sabe que não é só com polícia que se combate a violência. Às ações de segurança, é preciso integrar ações de educação, saúde e combate às drogas. A nossa visão de segurança pública não pode ser apenas da repressão. É fundamental a participação da sociedade e do Poder Público nesse processo, assim como dos especialistas ligados às políticas de enfrentamento às drogas, juristas e dos Direitos Humanos.

2) Qual a avaliação que faz do papel exercido pelo Ministério Público após o advento da Constituição de 1988?

CS: O Ministério Público Brasileiro ganhou novos contornos em face da Constituição de 1988, a Constituição Cidadã. Tem atribuições que o qualificam ao patamar de Quatro Poder da República, como o papel fiscalizador, de investigação, combate aos desvios de conduta, contra a corrupção, e de preservação do estado democrático de direito. O Ministério Público tem a missão de promover

a Justiça, sendo um elo vital da engrenagem social.

3) Inobstante a imensa gama de demandas sociais impostas à instituição, no Ceará o Ministério Público conta com um orçamento muito aquém de suas necessidades, em uma das piores relações per capita (relação orçamento / membro) do Brasil (cite-se como exemplo o Ministério Público do Rio Grande do Norte que tem quase o dobro do nosso orçamento per capita). O que Vossa Excelência pretende fazer para incrementar o orçamento do MP-CE?

CS: Com relação ao orçamento da PGJ, considero importante estreitar os laços e ouvir exatamente quais são as demandas da entidade. Durante o Governo de Cid Gomes, foi dobrado o volume de recursos para a PGJ e, em 2013, representou o equivalente a 1,71% da RCL. Vamos continuar incrementando o orçamento, sempre com diálogo com a Procuradoria.

4) Outro grande gravame responsável pelas condições deficitárias de trabalho no MP-CE se deve a inexistência de um fundo próprio de reaparelhamento, como existe hoje com o Poder Judiciário (FERMOJU - Lei 11.891/91) e Defensoria Pública (FAADep - Lei 15.490/2013). Na avaliação de Vossa Excelência, qual a razão do MP no Ceará ainda não contar com um fundo próprio de reaparelhamento como



acontece com quase todos os Ministérios Públicos brasileiros? Como o governo, caso eleito(a), lidará com a criação desse fundo?

CS: Também me proponho a dialogar com o Ministério Público do Ceará para que consigamos juntos avançar na criação de um fundo próprio de reaparelhamento.

5) Relatórios da organização Transparência Internacional divulgados em dezembro de 2013 confirmam que o Brasil piorou no ranking de percepção da corrupção, caindo da 69ª para a 72ª posição, dentre 177 países. No Ceará, raros são os dias em que não encontramos notícias sobre corrupção nos órgãos públicos municipais, ou mesmo estadual. O que o governo de Vossa Excelência fará para dar maior transparência no trato da coisa pública, tentando reduzir os índices de corrupção no Estado? Essas ações passam pelo fortalecimento do Ministério Público no Estado?

CS: O combate à corrupção, evidentemente, passa por um Ministério Público atuante e fortalecido capaz de fiscalizar, investigar e coibi-la. Mas a ação do Poder Executivo também é fundamental.

No meu governo, o combate a qualquer ato de corrupção será permanente.